

## economia

# Possível alíquota de 30% no IVA preocupa indústria

Impactos sobre os custos empresariais e cenário fiscal reforçam a necessidade de planejamento do setor no período de transição

## / REFORMA TRIBUTÁRIA

Osni Machado

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A estimativa de uma alíquota próxima de 30% para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e as incertezas sobre a carga tributária estão no centro das preocupações da indústria com a reforma tributária. A alíquota, porém, está sujeita a revisões. Para Rafael Sacchi, diretor do Sistema Fiergs e coordenador do Conselho de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis (Contec), as empresas precisam se preparar para os efeitos das novas regras sobre custos, formação de preços e investimentos. O tema está em debate no Congresso Reforma Tributária, realizado em Porto Alegre na quarta-feira e quinta-feira.

Alíquotas continuam no centro das incertezas. Em 28 de outubro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o cálculo da alíquota de referência da CBS em 11,3%. O percentual foi calculado para preservar, em termos agregados, a arrecadação dos tributos federais substituídos pela contribuição.

Na data da decisão, o resultado ainda seria encaminhado ao Senado Federal, responsável pela fixação da alíquota por resolução. Portanto, o índice não deve ser interpretado como uma cobrança uniforme sobre todas as empresas e operações.

Para o Jornal do Comércio, Sacchi também projetou que a alíquota conjunta do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) poderá

ficar próxima de 30%. Essa estimativa, segundo ele, deve ser diferenciada de uma alíquota definitiva. Em 26 de outubro de 2026, a Agência Senado informou que a estimativa de 27,91% para a soma das alíquotas de referência da CBS e do IBS era utilizada pelo Comitê Gestor do IBS sem caráter oficial. A legislação também prevê mecanismos de controle da carga tributária durante a transição.

No cenário da reforma tributária, o dirigente destaca que o setor de serviços, por sua vez, poderá enfrentar efeitos diferentes, conforme a composição de seus custos e os tratamentos tributários aplicáveis.

Empresas com participação elevada da mão de obra em suas despesas, por exemplo, precisam avaliar cuidadosamente os créditos que poderão aproveitar. Essa diferença reforça a necessidade de simular cenários antes de alterar preços, contratos ou estruturas operacionais.

Transição tributária exigirá adaptação progressiva. A CBS começará a ser cobrada em 2027, inicialmente em caráter de teste, e substituirá gradualmente PIS/Pasep e Cofins. O IBS começará a ser introduzido de forma progressiva em 2029, enquanto ICMS e ISS permanecerão durante parte do período de transição. A implantação integral do novo modelo está prevista para 2033. Ele cita que a convivência temporária entre regras antigas e novas demandará controles paralelos, atualização de sistemas e acompanhamento das normas complementares.



Tema foi debatido no Congresso Reforma Tributária realizado em Porto Alegre na quarta e quinta-feira

Apesar dos desafios tributários, Sacchi afirma que a reforma precisa ser analisada em conjunto com as condições macroeconômicas do País. Na sua avaliação, a falta de sinais consistentes de compromisso com o equilíbrio fiscal, combinada às taxas de juros elevadas e às preocupações com a dívida pública, reduz a disposição para investimentos produtivos. Quando o mercado financeiro oferece retornos elevados com menor exposição ao risco, projetos industriais de longo prazo podem perder atratividade.

O dirigente ressalta que a modernização tributária poderá contribuir para o crescimento econômico, mas não substituirá a necessidade de políticas fiscais responsáveis e investimentos em infraestrutura e logística. Segundo ele, a indústria gaúcha regis-

trou uma retração de 0,1% nos últimos 24 anos, período em que, conforme sua avaliação, foi o único setor da economia estadual que não apresentou crescimento.

O encontro recebeu mais de mil inscritos, de acordo com Sacchi, e contou com público superior a 800 pessoas no primeiro dia.

A programação foi organizada para aprofundar temas como formação de preços, responsabilidade tributária, gestão de créditos, regimes aduaneiros, agronegócio, combustíveis, serviços financeiros, fiscalização e transição.

Para o coordenador do Contec, a participação de especialistas e autoridades públicas permite aproximar a indústria dos responsáveis pela aplicação das novas regras.

A expectativa é que os deba-

## Percentuais mencionados

► **CBS:** 11,3% em 2027, conforme a proposta do TCU.

► **IBS:** 18,7% a partir de 2033, segundo a estimativa atribuída ao Comitê Gestor.

► **Tributação conjunta:** aproximadamente 30%, pela soma dos percentuais citados.

tes ajudem a esclarecer dúvidas e a orientar decisões empresariais em um período de mudanças estruturais. Ele defende que a simplificação tributária seja acompanhada de medidas capazes de fortalecer a produção, estimular investimentos e ampliar a competitividade. O desafio, afirma, é transformar a mudança legislativa em ganhos efetivos para as empresas, os trabalhadores e os consumidores.

Empresa líder em dados, tecnologia e inteligência analítica para decisões mais seguras e estratégicas.

Conheças as soluções em [cdlpoa.com.br](http://cdlpoa.com.br)

Inteligência GLOBAL, impacto local

Parceria exclusiva: